

NORMATIVOS

SALÁRIO MÍNIMO. [MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.091, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021](#). Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL e MÍDIAS SOCIAIS. [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021](#). Estabelece diretrizes de segurança da informação para o uso seguro de mídias sociais nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO. [DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022](#). Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

CESSÃO E REQUISICÇÃO DE PESSOAL. [PORTARIA CONJUNTA SETO-SEDGG/ME Nº 132, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021](#). Regulamenta os limites de reembolso com cessões, requisições e alterações de exercício para compor força de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta.

GOVERNO DIGITAL, SATISFAÇÃO DO USUÁRIO e QUALIDADE. [PORTARIA SGD/ME Nº 548, DE 24 DE JANEIRO DE 2022](#). Dispõe sobre a avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos e estabelece padrões de qualidade para serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

COMPRAS PÚBLICAS e PADRONIZAÇÃO. [PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022](#). Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

ÉTICA e CONFLITO DE INTERESSES. [RESOLUÇÃO Nº 15, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022](#). Dispõe sobre os procedimentos relativos à apresentação e à análise das declarações de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da Administração Pública federal de que trata o Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. [EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 115](#). Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e

para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais

INTERESSES e ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO. [RESOLUÇÃO Nº 16, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022](#). Dispõe sobre o exercício de atividades de magistério pelos agentes públicos ocupantes dos cargos e empregos mencionados nos incisos I a IV, do art. 2º, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

ARTIGOS/NOTÍCIAS

BOLETIM DO TCU. [Boletim de Jurisprudência nº 385](#), [Boletim de Jurisprudência nº 386](#) e [Boletim de Jurisprudência nº 387](#). [Boletim Informativo nº 428](#) e [Boletim de Pessoal nº 96](#).

INFORMATIVO DO STJ. [Informativo nº 0722](#).

SICAF. [Comunicado nº 3/2022 – Mudanças no SicaF](#).